

Henk van der Graf

**Como se organizar
fora de sindicatos e
partidos estatizados**

Henk van der Graf

**Como se organizar
fora de sindicatos e
partidos estatizados**



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. INTRODUÇÃO	7
3. PARTE PRÁTICA: PRELIMINARES.....	11
3.1 Pontos de partida.....	11
3.2 Passo 1: definir e mapear os perfis subjetivos	12
3.3 Passo 2: orientações e dicas a seguir	23
3.4 Passo 3: quatro regras a fixar	28
3.5 Passo 4: sustentação material e forma de ingresso	37
4. PARTE TEÓRICA: METODOLOGIAS E CONCEITOS OPERACIONAIS	39
4.1 Política, Materialidade, subjetividade e ideologia.....	40
4.2 Auto-organização versus hetero-organização	43
4.3 Classes sociais fundamentais do capitalismo	44
4.4 Fatores de poder e posições de poder	48
4.5 Termos e conceitos a evitar	49

5. PARTE PRÁTICA: CONSTRUINDO	
FORMAS AUTO-ORGANIZADAS	57
5.1 Comitê Proletário: forma para locais de trabalho.....	59
5.2 Coletivo de curso: forma para locais de estudo	67
5.3 Comitê de bairro: forma para locais de moradia.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

1. APRESENTAÇÃO

A atual conjuntura é de declínio global da consciência de classe por parte do proletariado. Enquanto uma parte da classe tende a se engajar nas instituições da conservação do capitalismo, outra parte expressiva, desiludida e frustrada com tais instituições, está se permitindo levar por correntes políticas da extrema-direita do capital, de inspiração fascista.

Assim, para aqueles que ainda estão comprometidos com a superação do capitalismo parece clara a necessidade de apontar caminhos para resgatar o protagonismo proletário na cena política mundial. O desafio que se apresenta é: como fazer isso sem incorrer nos erros do passado que nos trouxeram até aqui?

Isso porque tal protagonismo deve conter em si o caráter revolucionário da classe, conservando sua autonomia e refletindo, já nas suas formas mais elementares de orga-

nização, os princípios de funcionamento da sociedade do futuro. É com esse esforço que a presente obra pretende contribuir.

Por meio de uma brilhante articulação entre exemplos práticos de auto-organização nos locais onde a luta de classes é travada cotidianamente e as raízes teóricas que os sustentam, esse conteúdo consegue ser propositivo mantendo plena consonância com as experiências mais avançadas que nossa classe foi capaz de gestar nos últimos dois séculos.

O grau de minúcias em que o texto faz questão de adentrar indica o nível de clareza de pensamento que a práxis revolucionária exige nos dias de hoje, sendo capaz de traduzir a complexidade de nossos ideais em ações simples e concatenadas.

Para todos aqueles que se pretendem anticapitalistas e se veem numa constante encruzilhada entre o imobilismo e as velhas formas de luta em sindicatos e partidos da ordem, esta obra apresenta um primeiro passo no sentido da emancipação do proletariado.

2. INTRODUÇÃO

Toda ação revolucionária compreende dois momentos quase simultâneos: a negatividade destrutiva e a positividade construtiva. A primeira sem a segunda não passa de um voluntarismo sem perspectivas históricas e a segunda sem a primeira não passa de reformismo perfeitamente assimilável pelas instituições do capital em qualquer de suas versões.

Por variados motivos nem sempre é possível abordar ambos os aspectos em um mesmo trabalho. Por exemplo, a obra “Porque somos contra sindicatos” foi toda dedicada a tratar da negatividade, fundamentando a necessidade de destruir os sindicatos. Mas, sem uma concepção positiva, aquela crítica teórica e prática ficaria incompleta, pois as novas gerações proletárias não conheceram - e menos ainda puderam vivenciar - o processo de constituição de instituições autônomas.

Processos que somente acontecem sob condições de luta ofensiva do proletariado.

Assim, esta publicação se constitui como uma contribuição para a continuação consciente - complemento necessário e imprescindível - ao que deve se seguir a um processo de luta que reúna força suficiente para libertar o proletariado do jugo dos sindicatos e de partidos estatizados entre tantos que o subjugam. E, como muitos ignoram, não pode aguardar este momento para ser iniciado. Trata-se de uma tarefa imediata e ininterrupta.

Portanto, este texto deve ser entendido como um conjunto de propostas para que proletárias/os possam estar politicamente organizadas/os de forma autônoma, permanente e independente de partidos políticos, sindicatos e governos para a defesa e/ou conquista de seus objetivos de curto, médio e longo prazos.

Nos esforçamos para sintetizar uma longa trajetória de experiências de auto-or-

ganização e luta do proletariado no Brasil e no mundo ao longo de seus enfrentamentos. Trata-se, portanto, de uma proposta prática historicamente informada e embasada teoricamente por meio da expressão dessas lutas e formas de organização. Como a história encadeia passado, presente e futuro de modo indissociável, está aberto a melhoramentos e ajustes a qualquer tempo.

Por razões de espaço, não é possível desenvolver neste trabalho um dos pilares que sustenta toda a nossa elaboração teórica: o Princípio do Institucional que, na parte relacionada diretamente ao tema deste escrito, pode ser assim resumido: a) a vida em sociedade somente é possível por meio de instituições; b) uma instituição não pode servir para finalidades diferentes daquelas para as quais foi criada; c) todas as instituições do capitalismo objetivam conservá-lo e perpetuá-lo; d) para destruir as instituições da conservação (INSCON) o proletariado está obrigado a construir

instituições próprias, chamadas da transformação (INSTRANS). Historicamente já realizou várias tentativas, todas derrotadas; e) chama-se “duplo poder” a existência em uma mesma conjuntura das INSCON e das INSTRANS; f) como as INSTRANS dependem de uma situação revolucionária para existir, em conjunturas contrarrevolucionárias ou de refluxo das lutas o proletariado resiste se auto-organizando em instituições intermediárias (INSINT); g) a principal INSTRANS é o Sistema de Conselhos Proletários (SCP), forma institucional tanto da sociedade comunista quanto do período histórico em que as partes do planeta que ainda não realizaram a revolução proletária coexistem com partes que já a realizaram. Dado que, pelo desenvolvimento desigual do capitalismo e da luta de classes, não é possível que a revolução proletária ocorra em todo o globo simultaneamente¹.

1. A partir desse ponto passa-se a utilizar as seguintes siglas para se referir aos respectivos conceitos visando facilitar a

3. PARTE PRÁTICA: PRELIMINARES

3.1 Pontos de partida

Para o proletariado, estar organizado é uma necessidade permanente, pois sua força reside em seu número. De uma perspectiva proletária revolucionária as diferentes formas de organização são de dois tipos fundamentais. As que se prestam para organizar a totalidade da classe para a luta por seus interesses imediatos e históricos, e aquelas que se prestam para organizar a parcela da classe com consciência comunista, isto é, as suas minorias revolucionárias. Este texto trata apenas das organizações do primeiro tipo.

Feita esta primeira delimitação, uma segunda se impõe. Trata-se de romper com uma das características centrais de uma organização heterônoma (definida no

fluidez da leitura do restante do texto: INSCON - instituições da conservação; INSINT - instituições intermediárias; INSTRANS - instituições da transformação.

item 4.2) que consiste na cisão institucional entre política e economia, ou seja, uma instituição para tratar de assuntos políticos (partido) e outra para tratar de assuntos econômicos (sindicato). Assim, um processo de auto-organização do proletariado está obrigado a construir formas institucionais que operem a fusão entre política e economia. Isto significa que esta organização não sofre nenhum tipo de limitação para lutar seja por pautas políticas (liberdades, acesso a bens culturais) seja por pautas econômicas (salário, moradia, transporte, condições de trabalho e estudo).

3.2 Passo 1: definir e mapear os perfis subjetivos²

Para se dedicar na prática a um trabalho de organização para os fins preten-

2. Este tópico incorporou parcialmente as sínteses e tipologias contidas no trabalho “Passos e tropeços nos caminhos da organização de base” (CPV, 1999) de autoria do educador popular Emilio Gennari.

didados neste trabalho, o indivíduo militante deve introjetar algumas características e contextos que o afastem dos modelos de organização heterogeridos que se baseiam na representação e na agitação.

Este par de características é responsável por uma deformação que levou muitos proletários a pensar erradamente que militante bom é aquele que fala o tempo todo de política, luta, revolução, sem considerar que deve haver entre colegas uma relação de confiança previamente estabelecida para um trabalho de organização. Sem este pré-requisito o militante que pretende se organizar com seus iguais passa a ser visto como aquela pessoa que somente sabe falar desta temática e facilmente pode se tornar o “chato” do local de trabalho, estudo ou moradia.

Não se deve confundir a permanente disposição e o estar sempre atento para inserir o debate de temas políticos – algo tão importante quanto necessário – com o des-

cuidar de construir canais de comunicação, por meio de variadas maneiras (pequenos gestos de solidariedade, ensino do serviço aos menos experientes, cumprimentar aniversariantes, participar de lazeres ou mutirões, conversar serenamente sobre assuntos frívolos como futebol ou séries de TV, e, principalmente, se colocando para ouvir e agir com sinceridade e coerência). Confiança é algo que resulta de uma relação subjetiva – racional e afetiva - que se desenvolve quando se partilha honestamente a convivência do dia a dia. É esse processo que faz com que as pessoas se tornem seguras de que podem acreditar no que o militante diz. É incontornável fazer com que quem está em volta do militante perceba nele alguém que fala e age com coerência entre fins e meios. Isto significa que quem se coloca na condição de organizador deve deixar assentado que os valores da nova sociedade que desejamos construir são perfeitamente possíveis de serem vivenciados desde já.

Ser paciente e ter uma conduta prefigurativa não diminui em nada a importância da discussão política e do trabalho de organização. Pelo contrário, é justamente para que ambos sejam sólidos a ponto de engajar a todos em tarefas profundas e constantes.

Todo militante precisa ser um organizador. Para tanto precisa saber deixar amadurecer relações, conhecer melhor o ambiente em que se insere, ser capaz de plantar dúvidas no mundo subjetivo de seus colegas e deixar que eles possam questionar as visões de mundo, ideologias e senso comum que estejam reproduzindo. Atuar com determinação nada tem a ver com “supermilitância” ou participar de todos os movimentos, por mais justos e corretos que sejam.

O organizador não é um ativista que está sempre envolvido com reuniões preparatórias, presente em todas as manifestações, que não se encontra com seus

colegas e nem tem tempo de estudar para se capacitar politicamente.

Ser um organizador significa estar ciente e trabalhar para que o colega de hoje seja o irmão de lutas de amanhã e possa se transformar no camarada de sempre, e isso exige colocar este trabalho como prioridade.

Até aqui, estamos nas preliminares. Ao deixar maturar esse conjunto de relações, pode-se então traçar uma tipologia dos proletários para que, a partir dela, seja possível mapear quem é quem entre os que compartilham do nosso cotidiano de trabalho, estudo ou moradia e assim assentar as bases de um trabalho de (auto) organização. Em geral o militante organizador se depara com cinco grandes tipos de colegas:

1. Ponta Firme: aquele cuja prática já demonstrou em várias ocasiões que está decididamente do nosso lado;

2. Dedo Duro: pelos mais diferentes motivos, sua presença nos locais de tra-

balho, estudo e moradia é tão abundante que não necessita ser descrito;

3. Indeciso: aquele que não tem opinião própria e tende a concordar com todos. Este perfil incorpora diferentes subjetividades com alguma(s) das seguintes características: a) insegurança (não assume abertamente suas próprias convicções); b) aquele que sempre alega compromissos familiares, pessoais, ou de qualquer natureza fora da política para se esquivar de compromissos coletivos. Embora este perfil possa servir de abrigo para comportamentos oportunistas, diferentemente do dedo duro – que está do outro lado - o indeciso está aberto ao convencimento. Como eles podem estar ora de um lado, ora de outro da luta de classes, o desafio do militante organizador está em fazer com que ele possa se somar a um processo de lutas mesmo que sem assumir funções de destaque;

4. Boca Mole: aquele que fala compulsivamente e é incapaz de guardar

segredos. Não se pode contar com este perfil para um trabalho de organização que necessariamente envolve algum grau de discrição e sigilo;

5. Liderança: aquele que exerce influência sobre os colegas e é consciente disso. Costuma estar no centro das atenções por motivos variados (presença agradável, contador de piadas e casos, organizador/vendedor de rifas, toma iniciativas de solidariedade quando colegas necessitam, entre outros). É importante ter em conta que a atuação deste perfil junto às pessoas tem a capacidade tanto de fortalecer quanto de destruir um trabalho de agitação e mobilização que se pretende impulsionar. Não confundir este perfil com as lideranças de instituições da conservação (partidos, sindicatos, associações de moradores, centros acadêmicos estudantis, etc...). Este perfil pode incorporar uma complexidade quando ele está presente em um integrante das classes capitalistas, um gestor. Nesta

hipótese, o militante organizador precisará agir com dose extra de habilidade e sabedoria para realizar um lento trabalho que leve seus colegas a assimilarem que as atitudes do gestor-liderança objetivam obter consenso para os interesses das instituições da conservação (empresas principalmente) que devem ser minados.

Articulando os cinco perfis, pode-se afirmar que as energias devem estar direcionadas para aprofundar e fazer avançar os pontos firmes, argumentar e buscar convencer os indecisos, trazer as lideranças – obviamente apenas as proletárias - para o nosso campo de classe, neutralizar os boca mole e combater os dedo duro e as lideranças gestoriais.

Esta primeira tipologia contendo cinco personagens necessita ser complementada por uma segunda contendo de três perfis que serão mapeados a partir de conversas “de pé-de-ouvido” que possam ajudar o organizador militante a saber

quem possui melhores condições de inserir-se em um trabalho de organização. Vale destacar que as pessoas podem apresentar parcela dos três perfis, por isso, nessas situações, deve-se ficar atento para o perfil dominante. São eles:

a) Frios, impassíveis, apáticos: aqueles que somente enxergam o imediato. Dificilmente se transformam em organizadores, pois, em regra, não se animam por ideias e planos futuros, apenas participam quando percebem um motivo imediato para a ação;

b) Fogo de palha: assim chamados pela velocidade idêntica com que se motivam e se desmotivam com a luta. Pessoas portadoras desse perfil, ora fazem discursos indignados ou atos heroicos diante de situações de pouca importância, ora permanecem passivos e imóveis diante das situações mais necessitadas de ação. O militante organizador não deve se “empolgar” quando encontrar um perfil

fogo de palha, pois, não se trata de uma pessoa com consciência de classe proletária e com grande potencial de luta. Pelo contrário, seu comportamento instável o torna inadaptável para as tarefas de organização. No máximo, se forem bem orientadas, pessoas com este perfil poderão se tornar boas agitadoras, dificilmente transformam-se em organizadoras;

c) Motivação gradual e seletiva: aqueles que perguntam para entender, questionam o que o militante organizador afirma porque desejam ser convencidos. Avançam lentamente, mas de forma segura. Caso sejam convencidos, incorporam as novas ideias e se tornam capazes de executar as tarefas necessárias. Entre os três perfis apresentados, é o que possui melhores condições para desenvolver e se adaptar às necessidades de um trabalho de organização de longo prazo.

Ao compreender tais tipologias, dois cuidados devem ser tomados neste

esforço de mapear colegas: não realizar tal mapeamento apressadamente e atentar para não agir com preconceito. Nunca esquecer que as aparências enganam e, para evitar erros grosseiros e perigosos, as relações devem ser observadas com certa minúcia e por um tempo prolongado, atendendo para as respostas e atitudes de cada um frente às mais diversas situações do dia a dia. Pretende-se que a formação resultante da fusão entre teoria e prática elimine toda forma de preconceito e discriminação.

A prática do militante organizador deve não apenas negar e enfraquecer todas as divisões que com tanto cuidado foram introduzidas pelos capitalistas para dificultar a união e a organização proletária, mas também deve confirmar valores e anseios de que é portador nos momentos mais simples do quotidiano.

Com este auxílio das tipologias torna-se possível identificar quem são os pontos firmes, reuni-los (somente eles) e começar com

este “coletivo de pontas firmes” a ampliar e dar corpo a este trabalho de formiguinha que, até este momento, permaneceu em nível individual. Este coletivo deve então iniciar a discussão e a deliberação de ações capazes de transformar em formas de luta e resistência coletivas o esforço de conversa e aproximação realizado antes desse passo e que nunca pode ser deixado em segundo plano.

O local mais indicado para as reuniões deve ser a casa de algum dos envolvidos (pode haver rodízio). Objetiva-se evitar “olheiros” das INSCON (empresas, escolas, governos, etc.) e comentários inoportunos de algum boca mole. É importante que tudo o que for debatido e deliberado não seja comentado com pessoas que não participam do Coletivo.

3.3 Passo 2: orientações e dicas a seguir

Uma vez reunidos apenas os “ponta firme”, está na hora de fundar uma institui-

ção intermediária - INSINT (veremos três exemplos no capítulo cinco). Vale ressaltar que nesta fase do trabalho a quantidade de participantes não tem qualquer importância.

Com base nos contatos desenvolvidos e nos que serão feitos, seguem algumas dicas para serem pautadas nas reuniões preparatórias para a fundação da INSINT e serem organizadas e executadas para que possam servir de suporte aos seus trabalhos.

A) Mapear onde existem proletários/estudantes/moradores na mesma condição dos ponta firme e, ainda melhor, tentar estabelecer algum nível de proximidade com as pessoas que neles trabalham e que tipo de ajuda podem fornecer;

B) Aferir junto aos trabalhadores/estudantes/moradores como eles estão percebendo a situação das suas áreas e que imagem fazem do local em que trabalham/estudam/moram;

C) Realizar um levantamento dos problemas - pequenos e grandes - que

geram descontentamento entre colegas de trabalho/estudo/moradia;

D) Quem possui experiência anterior de participação em lutas (greves, atos públicos, manifestações, etc.) e que avaliação fazem do resultado dessa participação;

E) Pensar a relação dos pertencentes ao local de trabalho/estudo/moradia com o Estado, a população e, sobretudo, o proletariado em geral.

Este levantamento deve ser socializado e discutido com todos os participantes da INSINT e periodicamente atualizado. Será deste trabalho inicial que será possível definir as prioridades a serem enfrentadas e quais formas de pressão podem ser utilizadas para fazer contar com algum peso o descontentamento coletivo, ao mesmo tempo em que se deve evitar correr riscos desnecessários ou expor prematuramente colegas que pela primeira vez sentam juntos para planejarem suas ações.

Feito o levantamento, e visando ganhar experiência, uma boa dica para a sequência dos trabalhos da INSINT seria escolher uma reivindicação (no máximo duas) que seja fácil de ser atendida e sobre a qual governos, secretarias ou empresas tenham menor possibilidade de responder e contra-atacar de imediato. Será um bom começo da INSINT começar com uma vitória modesta logo de início, pois isto gera um efeito de consolidação no grupo de pontas firmes, além de fortalecer o sentimento de dignidade dos colegas que, em graus diferentes, assumirão a condição de sujeitos das lutas em meio a pressões do ambiente externo.

Outro aspecto importante é que a INSINT possa registrar e manter atualizada a memória histórica das lutas, registrando o passo a passo das ações, o grau de adesão do conjunto dos proletários/estudantes/moradores e a reação da respectiva Instituição da Conservação – INSCON

(empresa, universidade, prefeitura). A ausência de anotações desse tipo deixa a impressão de que se está começando do zero e impossibilita avaliar profundamente formas de enfrentamento já utilizadas.

Aos poucos, via INSINT, o proletariado aprenderá o sentido de fazer política, diferenciando-a da politicagem (a dos políticos profissionais) e da politiquice (a política mesquinha dos interesses individuais) para entenderem que política significa que proletários/as não podem delegar a ninguém a tarefa de resolver os seus problemas coletivos.

Questões como solidariedade, amizade, a lenta conscientização, a necessidade de pensar os processos de trabalho, estudo e moradia a partir de uma visão classista, a urgência de batalhar por medidas que protejam a saúde e coloquem o ser humano, e não o lucro, no centro das preocupações da sociedade, são alguns dos elementos em torno dos quais é possível reconstruir o sentimento

do coletivo e colocar as massas proletárias diante de um dos dilemas cruciais da nossa história: lutar para destruir os mecanismos de exploração ou ser por eles massacrados e mergulhados na pura barbárie.

Para que as ações das organizações de base de uma INSINT possam ser progressivamente ampliadas, será necessário um grande esforço de coordenação, debate e envolvimento das pessoas organizadas. Desafios que serão enfrentados na medida em que proletárias e proletários estiverem debatendo e respondendo às demandas da luta de classes no interior de seus locais de trabalho/estudo/moradia.

3.4 Passo 3: quatro regras a fixar

Definidos e mapeados os perfis subjetivos e seguidas as orientações o passo seguinte consiste em definir objetivos, forma institucional, método de construção e abrangência da organização. Quatro elementos que se condicionam mutua-

mente. Determinados objetivos exigem forma institucional adequada a eles. Esta, por sua vez, deve ser de tipo específico e abrangência compatível de modo a não obstaculizar a realização dos objetivos.

Objetivos: realizar os interesses coletivos de curto (até 6 meses), médio (de 6 meses a dois anos) e longo (acima de dois anos) prazos do proletariado naquele local de trabalho, estudo ou moradia³.

O debate sobre quais seriam esses interesses gera momentos de autêntica autoformação coletiva. Importa aqui estimular a imaginação e ser o mais audacioso possível nesse levantamento sem perder a conexão com as possibilidades de realização.

Forma institucional: criação de uma INSINT a partir dos locais de trabalho/estudo/moradia.

De nada adianta ingressar em qualquer INSCON alegando a necessidade

3. Os tempos sugeridos são apenas uma referência inicial. Com a criação e desenvolvimento do trabalho de auto-organização, podem ser alterados.

de dar a elas um caráter “popular”, “de esquerda”, “proletário”. Todas essas tentativas e nomenclaturas serão usadas pelos exploradores e dominantes como ideologias legitimadoras do Estado e produzirão como resultado prático o uso dessa presença proletária em seu interior para servir de “purificador” de todo tipo de práticas necessárias para reproduzir e fazer funcionar o capital que nelas se realiza cotidianamente. Um exemplo será suficiente. Por mais que numericamente burgueses e gestores sejam minoritários na população, nos parlamentos invariavelmente a maioria é composta de empresários, fazendeiros e agentes políticos do Estado (militares e juristas entre outros). Basta a presença de um parlamentar proletário para que essa presença, extremamente minoritária, seja alardeada pelos capitalistas para “demonstrar” como os parlamentos são a expressão real da sociedade em que vivemos. Isto significa que agir sob o argumento de que se deve “lutar por den-

tro” das INSCON, resulta no oposto: são as INSCON que se beneficiam da presença proletária em seu interior.

Método de construção da INSINT: discreta e de baixo para cima.

Historicamente, as formas de organização autônomas do proletariado sempre despertaram fúria nas classes dominantes e pavor nas burocracias sindicais e partidárias. Tais reações extremas (e quase sempre violentas) não são despropositadas, pois tanto as primeiras quanto as segundas necessitam que o proletariado permaneça passivo e se limite a trabalhar para que os assuntos que dizem respeito aos últimos continuem a ser decididos por elas (classes dominantes e burocracias), sem o constrangimento de movimentos coletivos e ativos.

Não pode haver a menor dúvida que dominantes e burocratas sabem como destruir um trabalho de auto-organização, especialmente quando se encontra em seus primeiros passos. E o farão sem pestanejar

por ser menos difícil e porque, depois de um certo ponto de consolidação, o proletariado auto-organizado percebe que é perfeitamente capaz de viver e fazer o que quer que seja sem intermediários (burocracias) e sem capitalistas a explorá-los (burgueses e gestores). Isto significa que impedir a autonomia do proletariado é, para uns e outros, questão de sobrevivência.

Posto isto, afirmar que a natureza da INSINT, nesse primeiro momento, deve ser discreta significa afirmar que ela não faz e nem fará publicidade de si mesma; que priorizará fortemente que o debate e as deliberações ocorram em encontros presenciais; que saberá distinguir nitidamente com quem pode e com quem não pode contar, e que não fará nada visando “reconhecimento” e “visibilidade” que não seja de um número cada vez maior de proletários/estudantes/moradores auto-organizados. Ou seja, não fará nenhum movimento em direção a representantes oficiais, autoridades, celebridades, etc.

Afirmar que será construída de baixo para cima significa abolir formas organizativas de cúpula, com representantes/porta-vozes permanentes (líderes) ou com poderes para decidirem apenas por suas próprias cabeças individuais (conhecido como “cheque em branco”).

Pelo contrário, a construção de baixo para cima exige decisões tomadas por meio da participação coletiva e responsável de cada integrante. Uma decisão pode ser tomada por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição prévia das ideias e o debate (autogestão política).

Construir de baixo para cima exige também que todo e qualquer assunto sempre será tratado, deliberado e praticado sem relação de subordinação a instituições do Estado, político-partidárias, sindicais, religiosas e do chamado terceiro setor, nem a indivíduos, personalidades e outros movimentos e coletivos (autonomia).

Outra característica fundamental da construção de baixo para cima reside em fazer com que as próprias pessoas realizem a política e as lutas sem intermediários. Por intermediários entendam-se detentores de mandatos eletivos (parlamentares, prefeitos, governadores, incluídos seus assessores e gabinetes), integrantes de partidos políticos, funcionários/as do Estado, integrantes de ONG's, entre outros. E ainda que a agenda, o calendário e as pautas de qualquer INSINT e das ações por ela empreendidas não se vinculam às eleições da democracia representativa (ação direta).

Construir de baixo para cima torna-se impossível se o conjunto das pessoas que integram uma INSINT não elaboram de modo coletivo a sua linha de atuação política, estabelecendo os acordos fundamentais para as atividades cotidianas e de médio e longo prazos. Quando for necessário delegar tarefas a alguém, deve ser por prazo certo de duração e sujeita(s) a

mandato imperativo, revogável por quem o(s) elegeu a qualquer momento (horizontalidade). Obviamente que esse princípio apenas pode funcionar corretamente se houver iniciativa individual militante que se caracteriza pela autonomia na proposição de temas para debate, de soluções para problemas e de uma postura ativa em todos os aspectos da vida da INSINT.

A INSINT deve estar aberta para colaborar com qualquer pessoa explorada e oprimida que não esteja passiva, na base do apoio mútuo e em condições de igualdade. Tanto para lutas defensivas quanto para lutas de conquista de interesses comuns em suas mais variadas formas (solidariedade ativa).

Por fim, é importante destacar que o crescimento de qualquer INSINT resultará na existência de forças organizadas para a transformação social e não em mais uma instituição assimilável pelo capitalismo (partido político, entidade associativa

ou qualquer ente passível de obter personalidade jurídica).

Abrangência: qualquer local de trabalho/estudo/moradia onde existam proletários/as.

Neste tópico, o único pré-requisito a ser seguido com rigor é que estejam solidamente introjetados todos os princípios, formas de atuação e conceitos contidos neste documento em quem vai iniciar este tipo de organização em seu local de trabalho/estudo/moradia.

Desde que esteja assegurado o pré-requisito referido, torna-se saudável que a INSINT tenha pluralidade, não excluindo nenhuma pessoa por suas preferências eleitorais, credos religiosos, etnia ou gênero. Neste sentido, quem a integra pode se expressar livremente na defesa de suas ideias e se organizar segundo afinidades políticas sem que isto implique em discriminação ou privilégio em seu interior.

3.5 Passo 4: sustentação material e forma de ingresso

A sabedoria popular cunhou o ditado “quem paga a banda, escolhe a música” com profunda exatidão. De nada adianta todo o escrito até aqui, se, no momento de financiar suas ações, a INSINT ficar na dependência material de quem quer que seja. Portanto, neste quesito, deve valer rigidamente o princípio da autossustentação, ou seja, quem integra uma INSINT a sustenta na integralidade de suas ações e necessidades.

No futuro, somente após a sua consolidação, poderá ser avaliado o recebimento de doações e legados. Mesmo assim, como exceção e sob duas condições: a) serem de origem esclarecida, e b) não serem politicamente antagônicos com o conjunto de princípios da INSINT.

Uma INSINT deve caminhar na exata medida que sua materialidade permitir, ou seja, de acordo com as pos-

sibilidades geradas pelas contribuições individuais de seus integrantes. Logo, não existe participação isenta de contribuição, respeitadas as diferentes possibilidades particulares e segundo uma proporcionalidade adequada à realidade da organização.

A forma de ingresso deve ser individual (após rigorosa discussão) e se guiar pelo método da cadeia de confiança (cada novo candidato a ingressante deve ser apresentado por dois integrantes que assumem a responsabilidade pela indicação e a fundamentam). O ingresso de um novo participante exige consenso.

Todo integrante de uma INSINT deve receber a informação necessária para participar dos debates e decisões em igualdade de condições com os demais. Em contrapartida, cada integrante da INSINT deve participar nos debates e nas deliberações.

4. PARTE TEÓRICA: METODOLOGIAS E CONCEITOS OPERACIONAIS

De muito pouco ou nada adianta iniciar um trabalho de organização por tempo indeterminado nos moldes aqui contidos se não conhecemos com clareza o chão sobre o qual pisamos. Nesse caso, o “chão” se traduz em um conjunto de conceitos e métodos que nos permitem trabalhar com a determinação necessária e sem ilusões ou confusões que nos fariam interromper o trabalho, desviá-lo, corrompê-lo ou mesmo destruí-lo. Com este critério, enumeramos alguns conceitos e métodos imprescindíveis para o trabalho aqui proposto. Trata-se de uma lista inicial que, na medida da implantação e desenvolvimento do trabalho, deve ser ampliada, respeitando a coerência com as bases já colocadas.

4.1 Política, Materialidade, subjetividade e ideologia

Se recorrermos aos manuais de ciência política encontraremos definições de política as mais opostas e contraditórias, para todos os gostos e tendências. Diante dessa realidade, e para os objetivos deste texto, política é definida como sendo a “atividade pela qual as pessoas em sociedade tomam decisões sobre assuntos coletivos e sobre as formas de sua implementação prática”.

Por sua vez, materialidade pode ser definida como a qualidade do que é material. Para os fins deste trabalho a materialidade dos seres humanos é definida pela posição que cada um ocupa na sociedade em função da produção e reprodução da vida (economia). A esta posição denomina-se classe social.

Já subjetividade é a forma pela qual cada indivíduo processa no interior do seu cérebro as informações enviadas pelo

mundo exterior (realidade). Esta forma varia de acordo com o contexto, a trajetória, o nível de conhecimentos de cada pessoa, experiências pessoais, entre outras.

Assim, as diferentes interpretações, sentimentos e formas de consciência são possíveis em razão das distintas subjetividades dos indivíduos que foram constituídas a partir de condições e situações materiais diferentes.

A materialidade subordina a subjetividade. Isto significa que os pensamentos de um indivíduo dependem da sua materialidade. Por sua vez, a subjetividade de um indivíduo determina os seus comportamentos e ações.

Surge aqui um problema que pode ser ilustrado por um exemplo. Diversos indivíduos do proletariado se comportam como se fossem capitalistas e defendem interesses de gestores, patrões e empresários, opostos à sua materialidade, ou seja, as subjetividades de tais indivíduos estão

em contradição com sua materialidade. O conceito de ideologia ajuda a compreender por que isso acontece.

Ideologia pode significar duas coisas: conjunto de ideias ou um processo de ocultamento do real que objetiva legitimar algo, montado a partir de verdades parciais. Este segundo significado é o que esclarece o problema. Exemplo: quando um político profissional diz que tal medida é “boa para o Brasil” ele oculta que ela é boa apenas para uma parte dessa estrutura de classes chamada Brasil, justamente visando legitimar tal medida para a parte da população que em nada se beneficiará com ela ou, não raro, será prejudicada com ela.

Atenção: não confundir ideologia com mentira. A diferença entre ambas reside no resultado, pois enquanto a mentira não consegue legitimar nada (apenas prolongar um engano), a ideologia, ao conseguir legitimar o que se pretende, acaba aceita como verdade.

4.2 Auto-organização versus hetero-organização

O proletário como indivíduo está limitado às capacidades de seus olhos, pernas, braços e cérebro. Se estiver politicamente organizado com seus iguais multiplica ao infinito as possibilidades e o alcance de olhos, braços, pernas e, mais importante, cérebros. Contudo, não se trata de qualquer tipo de organização para que seja possível obter tal resultado.

Quando alguma pessoa ou instituição estabelece as formas da nossa organização em substituição a nós mesmos ou quando nos organizamos de modo a ficarmos passivos, temos hetero-organização. Organizações com tal funcionamento são chamadas de heterônomas.

Quando nós mesmos tomamos em nossas mãos todas as tarefas e responsabilidades de organização sem delegar a terceiros (líderes, representantes, especialistas, auto-

ridades, chefias), temos auto-organização. Organizações com tal funcionamento são chamadas autônomas.

Apenas estando auto-organizados conseguimos multiplicar nossas forças e capacidades e, assim, romper com as fragilidades do indivíduo atomizado/desorganizado. Este texto se posiciona pela segunda e apresenta exemplos de formas institucionais auto-organizadas.

4.3 Classes sociais fundamentais do capitalismo

Afirmou-se mais acima que a posição de classe de um indivíduo é determinada pelo seu lugar no processo econômico (produção e reprodução da vida). Por este critério, são três as classes sociais mais importantes do capitalismo:

1) Burguesia (proprietários do capital e dos meios de produção da vida - terras, empresas, bancos -, possuidores de riquezas) composta, independentemente do

tamanho, por comerciantes, industriais, proprietários de terras, bancos e fábricas;

2) Gestores (responsáveis pela organização do processo de exploração. Sob o manto da “pura racionalidade técnica”, aplicam e desenvolvem técnicas de controle do capital sobre o trabalho) composta por administradores de empresas, agentes políticos do Estado (juízes, procuradores, delegados, auditores), administradores de fundos financeiros, burocracias sindicais e partidárias;

3) Proletariado (pessoas que, não sendo proprietárias nem possuidoras/controladoras de qualquer meio de produção, possuem apenas seus corpos e aptidões, que vendem sob a forma de força de trabalho) composto pelos trabalhadores assalariados modernos⁴.

4. Cabem aqui dois alertas: 1º) não confundir proletariado com “operariado”. O operariado está contido no proletariado, é parte dele, mas existem proletários que não são operários (ex. vendedores de força de trabalho nas áreas de serviços, empregados do Estado e em setores ditos intelectuais ou imateriais); 2º) não raciocinar em termos jurídicos. O capitalismo a cada dia cria mais categorias jurídicas para fragmentar o proletariado ao mesmo tempo em que

Burgueses e gestores integram as classes capitalistas, também chamadas de classes dominantes/exploradoras. Em sentido inverso, o proletariado integra as classes dominadas/exploradas.

Contudo, a autopercepção de um indivíduo sobre sua posição na sociedade pode variar. Isto significa que condição de classe e consciência de classe são coisas distintas, da mesma forma que condição de classe não pode ser confundida com condição de vida. Exemplo: é muito comum que pequenos capitalistas gozem de uma materialidade (padrões e qualidade de vida) inferior à de muitos proletários qualificados, o que pode ocasionar, em aspectos estritamente pontuais, certas confluências

dificulta que uma parcela do proletariado consiga enxergar igualdade de classe em relação às demais. Exemplos: diferenciação jurídica seja na remuneração da força de trabalho vendida (salário, soldo, proventos, gratificações, etc.), seja na forma de contratação (CLT, Lei 8.112, PJ-MEI, etc.), seja na natureza do comprador (Estado, Empresas privadas, ONG 's, etc.)

e similitude de interesses de modo a permitir atuarem em aliança política. Aqui, vale o alerta para não considerar pontos comuns de interesses como sinônimo de fusão de interesses. Importante destacar que o elemento condição de vida é usado por um arco de correntes políticas antiproletárias que vai da social-democracia até a extrema-direita para promover a desunião entre proletários. Por exemplo, acusa-se um funcionário público, devido a uma condição de vida melhor que outros setores do proletariado, de “privilegiado”, para que o proletariado veja um membro da própria classe como arquirrival e não como um igual de classe. Por outro lado, ONG’s e sindicatos exploram um falso sentimento de pertencimento e propagam ideologias do tipo “somos todos iguais”, quando permanece nessas instituições a divisão social do trabalho com exploração. Desse modo, as formas de organização proletárias devem se orientar pela condição de classe.

4.4 Fatores de poder e posições de poder⁵

Por Fatores de Poder devemos entender: consciência de classe, discernimento político, ampliação dos conhecimentos científicos e formação intelectual. Estão localizados na mente dos proletários e são indestrutíveis pela violência exterior, mas podem degenerar e/ou serem corrompidos lentamente.

Por Posições de Poder devemos entender: conquista legal de direitos e liber-

5. Este par de conceitos é de autoria de Anton Pannekoek (1873-1960). Cientista (astrônomo de profissão) e teórico marxista holandês. Concebia o marxismo como a ciência aplicada aos problemas sociais e a humanização da ciência como um aspecto da humanização da sociedade. Sempre sustentou que o marxismo não era um dogma, mas um método de pensamento aplicável aos problemas sociais no processo real de transformação social. De sua obra sobressaem com solidez pelo menos duas ideias: 1) a autonomia do proletariado frente aos capitalistas e à degeneração burocrática de partidos e sindicatos de trabalhadores, identificada em 1914; 2) a impossibilidade de reconstruir o movimento operário nos moldes em que existiu, tanto antes de 1914, quanto no período de 1917-21.

dades, eleição de representantes no parlamento, construção de aparelhos sindicais e partidários. Podem ser conquistadas ou perdidas como coisas externas palpáveis.

Ancorado nessa distinção, este trabalho considera mais importante conquistar os primeiros que as segundas. E apresenta um roteiro para construir posições concretas de poder a partir de fatores de poder solidamente introjetados.

4.5 Termos e conceitos a evitar

Em tempos de fake news, o significado corrente e até linguístico das coisas tem sido abandonado e assiste-se a tentativas de “ressignificação” onde as coisas passam a ser definidas a partir de discursos e opiniões, ou seja, tudo pode ser qualquer coisa e, ao mesmo tempo, não significar nada. E verdadeiras barreiras comunicacionais, intencionalmente ou não, são criadas, afetando a inteligibilidade e a capacidade de se fazer entender.

Na contramão de tal fenômeno, este roteiro de trabalho parte da premissa que a melhor forma de se contrapor a esta tentativa de falsificar o real (toda falsificação sempre se dá em proveito dos falsificadores) está em adotarmos o maior rigor conceitual possível.

Até o subitem anterior, os conceitos foram expostos pela positiva. Porém existem alguns que devem ser expostos pela negativa, isto é, conceitos que causam confusão (tomar uma pessoa ou uma coisa por outra) e ambiguidades (admite interpretações diversas e até contrárias, todas corretas) e por isso devem ser evitados. Objetiva-se aqui clareza e desambiguação. Para estar politicamente organizado em um momento de defensiva estratégica e para não entrar em contradição quando o momento da ofensiva estratégica chegar, cinco deles são suficientes.

Povo/popular é o primeiro termo/conceito a ser evitado. Embora a palavra

seja do século XIII, sua difusão mundial se deu a partir das lutas de classes ocorridas na Europa dos séculos XVII a XIX que resultaram na substituição revolucionária do feudalismo pelo capitalismo. Economicamente o paradigma foi a Revolução Inglesa de 1688. Politicamente o paradigma foi a Revolução Francesa de 1789. Na França, até 1848, “povo” significava a luta do Terceiro Estado (camponato, proletariado e burguesia) contra o Primeiro (nobreza) e o Segundo (clero) Estados. Portanto, este termo expressava a unidade de classes sociais de interesses opostos que sofriam opressão e exploração das classes dominantes do feudalismo. Em 1848, o proletariado levantou suas reivindicações específicas e foi impiedosamente reprimido por todas as outras classes (o que restava da nobreza, clero, burgueses e camponeses). Isto significa que 1848 marcou a diferenciação entre as antigas classes dominadas na sociedade surgida da revo-

lução. Desde então, este conceito passou a ser usado ideologicamente pela burguesia para se manter na condição de “povo”. Na perspectiva deste trabalho, trata-se de um conceito ultrapassado há mais de 170 anos.

Um segundo conceito ambíguo é o de **trabalhadores/classe trabalhadora**. Os que trabalham não conformam uma classe⁶. Ademais, existem trabalhos de natureza antagônica. Camponeses (pequenos capitalistas rurais), proletários (produzindo tudo o que é necessário à vida humana) e burgueses (vigiando o trabalho dos proletários, aplicando seu capital na bolsa/dólar) trabalham. Não trabalham as classes parasitas (nobres e eclesiásticos), outrora dominantes, que são resquícios do feudalismo e continuam sustentadas por outras classes.

Nos ditos “meios de esquerda” no Brasil, em parte, pode-se atribuir a disse-

6. Existem dezenas de conceitos de trabalho. Aqui se adota a definição mais abrangente que significa “conjunto de atividades – produtivas, criativas ou de controle - que o ser humano exerce para atingir determinado fim.”

minação dessa expressão ao fato de que, por muitos anos, as fontes de traduções de obras em línguas estrangeiras foram muito restritas. Na língua inglesa, *worker* tanto se refere a trabalhador como a operário. A maioria das organizações políticas que se reivindica do campo proletário quando menciona as figuras do trabalhador e do operário se refere ao fazer profissional e não na relação desses termos com a condição social da exploração. Isto significa que, em parte, trabalhador e operário são entendidos como uma decorrência técnica do processo de trabalho: trabalhador é quem trabalha, quem desempenha um ato de laborar. Neste plano genérico, tanto o operário fabril como o gestor de uma empresa desempenham um papel ativo na organização, o que possibilita assim vincular os gestores, uma classe capitalista, às lutas operárias. O inverso ocorre com o termo proletário que, se levado à sua consequência última, apela não apenas ao vago ato/

desempenho laboral como lembra o fato de o proletário não ter nada mais do que a sua força de trabalho, o que naturalmente implica lembrar que o poder de comando sobre o trabalho e a produção estão nas mãos de outros que não os proletários. Proletariado aponta para relações sociais, não apenas para uma atividade genérica.

Os outros três termos devem ser evitados para não cairmos no emaranhado jurídico que o capitalismo cria para impedir a auto-organização do proletariado. **Agente público** é o indivíduo que, remunerado ou não pelos cofres públicos, exerce, temporariamente ou em caráter efetivo, mas oficialmente, cargo ou função pública, pertencendo ou não ao quadro do funcionalismo. **Servidor público**, espécie do gênero agente público, é o indivíduo legalmente investido em cargo público (criado por lei, com denominação própria, em número certo e remunerado pelos cofres públicos) e

que age em nome da administração a que serve, seja sob regime estatutário ou celetista (empregado público). **Empregado** é a pessoa física que presta serviços de caráter contínuo a um empregador, sob a subordinação dele e mediante salário.

Deliberadamente, este trabalho não se baseia em categorias jurídicas e sim em categorias políticas, sociais e econômicas, pois se trata de organizar pessoas para a ação coletiva, a qual necessita ir muito além do direito. Ademais, o uso destes três termos e de quaisquer outros que produzam o efeito de inverter a relação que deve existir entre o proletariado e o direito - na qual o primeiro subordina o segundo e jamais o contrário - produz resultados nocivos quando proletárias/os auto-organizadas/os confrontam os seus interesses com os interesses de dominantes e exploradores.

Na medida do avanço do trabalho das instituições proletárias, serão necessários

que outros conceitos sejam trabalhados para se tornarem operacionais e possam auxiliar na realização dos objetivos planejados.

5. PARTE PRÁTICA: CONSTRUINDO FORMAS AUTO-ORGANIZADAS

Existe uma variedade imensa de formas auto-organizadas a partir de locais de estudo, trabalho e moradia. Não seria possível e nem desejável tentar discorrer sobre todas elas. O importante é seguir os critérios que aqui foram apontados, munir-se com os conceitos e dicas e exercer a iniciativa e a criatividade frente aos conflitos sociais.

Nesse sentido, será suficiente para este roteiro de trabalho em forma de livro apresentar um tipo possível de INSINT para cada local. Adotando o critério da simplicidade, optou-se por detalhar as formas **comitê**, para locais de trabalho e moradia, e **coletivo** para locais de estudo.

Ao se adotar tal diferenciação não se trata de mero formalismo de nomenclatura. O comitê pressupõe um recorte mais definido enquanto o coletivo se refere a um conjunto mais abrangente. Diferentemente

do que ocorre no mundo do trabalho – onde existe a contradição antagônica entre capitalistas e proletariado – todas as classes sociais estudam e se beneficiam de lutas estudantis vitoriosas. Já nos bairros também se faz necessária uma delimitação maior com a adoção da forma comitê, pois embora todas as classes habitem, as diferentes materialidades produzem bairros com perfis de classe marcados e outros que combinam diferentes classes e camadas sociais.

Em síntese, o movimento proletário é classista, o movimento estudantil é policlassista e o movimento de bairro é heterogêneo. A luta nos locais de trabalho está obrigada a excluir os capitalistas, a luta nos locais de estudo não possui recorte de classe – por isso deve enfatizar aspectos que interessem ao proletariado – e a luta nos locais de moradia dependerá muito do perfil de classe do bairro e das reivindicações que levanta. Em todas elas a prioridade deve estar nas maneiras como as

pessoas se organizam para lutar. Comitês e coletivos funcionando de maneira heterônoma\heterogerida acumulam forças para a conservação social.

5.1 Comitê Proletário: forma para locais de trabalho

Um comitê é uma reunião de pessoas que visam a um interesse determinado. É, portanto, uma forma que as pessoas possuem para atingir um determinado objetivo estando auto-organizadas. Montar um comitê exige cumprir uma série de passos em sequência para que ele possa ser um meio eficiente e eficaz, não somente para atingir os interesses iniciais como também para servir aos objetivos de longo prazo (transformação social, por exemplo).

No comitê proletário (CP) não pode haver nenhum tipo de discriminação jurídica como acontece nos sindicatos que separam o proletariado em uma infinidade de catego-

rias profissionais, que discrimina estagiários e terceirizados por exemplo. Sem mencionar a contemporização que as burocracias sindicais e partidárias apresentam diante de preconceitos arraigados no proletariado como os de cor, etnia, sexo e religião.

Fora de conjunturas revolucionárias ou de ascenso de lutas, o CP deve se concentrar em duas prioridades: enfrentar as injustiças presentes nos locais de trabalho e auxiliar na construção de mais CP em outros locais de trabalho, com o objetivo de permitir enfrentamentos mais abrangentes. Lembrando que a definição espacial do que seja um local de trabalho é elástica, pois o critério a ser adotado para sua constituição deve ser o de englobar colegas que partilham de um mesmo cotidiano laboral.

Não confundir o CP com outra instituição que pode assumir importância equivalente e, a depender do contexto, pode se transformar em uma INSINT: o Comando de Greve (CG). Entre eles exis-

tem diferenças marcadas e complementares. O CP tem funcionamento permanente, enquanto o CG tem funcionamento temporário; as pessoas que integram um CP não foram eleitas e constituem a parcela militante não dirigente da classe, enquanto as pessoas que integram um CG devem ser eleitas com mandato imperativo (revogável a qualquer tempo) e prestar contas de seus atos a quem os elegeu; para formar um CP é necessário seguir os passos previstos neste escrito, enquanto um CG pode ser criado de cinco maneiras distintas: a) hetero-organizado pelo sindicalismo; b) em oposição ao sindicato, mas também hetero-organizado; c) pode surgir auto-organizado e em oposição ao sindicato e durante o processo de luta pode ser recuperado pelo sindicalismo e se subordinar a ele tornando-se hetero-organizado, e, por fim, e) pode nascer hetero-organizado e durante o processo de luta se tornar auto-organizado. Não há como determinar

a priori qual será a forma que assumirá o CG dentro de um determinado contexto.

Quando existe uma greve, enquanto o CP se dedica a estruturá-la e fazê-la vitoriosa, o CG coloca em contato direto proletários que antes da greve estavam separados e isolados uns dos outros pelo cotidiano alienante do local de trabalho.

Da mesma forma que ocorre no CP, o CG vai refletir naturalmente a heterogeneidade existente na classe proletária de concepções e práticas políticas, diferenças de rendimento salarial, bem como valores, mentalidade, entre outras. Desde que devidamente processadas sob condições de igualdade política de debate e deliberação, tal fato deve ser encarado pelo militante organizador como algo salutar e que deve ser estimulado. Não há problema que no CG estejam indivíduos de diferentes correntes políticas mesclados a indivíduos que nunca estiveram politicamente organizados.

CP e CG partilham de maior liberdade de ação, pois estão livres de exigências legais, além de ser mais difícil para um CG ou CP realizarem negociações como os sindicatos, pois o interesse que mobiliza os participantes para a ação são aqueles imediatos que afetam a existência do proletário.

Como o CG se dissolve com o final da greve, duas tendências podem se confirmar. Ou quem participou da greve se conforma em retornar à situação anterior de inexistência de organização do conjunto dos trabalhadores e de domínio sindical como INSCON que hetero-organiza os proletários, ou quem se envolveu no processo de constituição e atividades do CG decide permanecer auto-organizado. Nesta segunda tendência, o CP aparece naturalmente como a instituição que dá continuidade organizativa permanente a quem quer se dedicar a lutar por objetivos mais amplos se valendo das mesmas práticas auto-organizadas que se desenvolveram durante a

greve. E mais, o CP se torna depositário da memória presente de lutas passadas, algo muito útil para lutas futuras.

Fora dos momentos de luta o CP continua com a função de colocar em contato colegas que no alienante cotidiano do mundo do trabalho estariam separados utilizando-se de inventividade e sem as amarras da legalidade do capital. Isso contribui de forma muito efetiva para que em uma nova retomada de lutas seja muito mais fácil constituir INSINT adaptadas ao tipo de luta concreta. Em sentido estratégico, as pessoas que constituem um CP devem acumular debates autoformativos para introjetarem elementos teóricos que orientarão o que fazer em momentos de endurecimento da luta de classes e o farão de forma autônoma, com iniciativa própria, sem depender de chefes e líderes.

Importa reafirmar que o CP é um conjunto de indivíduos politicamente ativos que querem lutar organizada e coleti-

vamente. Não dirige nem representa ninguém. Não coordena nenhuma categoria profissional ou segmento político. Não são especialistas em sindicatos ou partidos.

A presença de pessoas vinculadas a correntes políticas deve ser encarada com naturalidade desde tenham a maturidade de se comportarem como integrantes do CP e não de meros agentes de suas correntes políticas. Isto significa que é legítimo e saudável tentar influenciar o CP com as posições de sua corrente política, mas a partir do momento em haja posicionamento em sentido diferente, que se cumpra na prática o deliberado. Quem não acatar esse pressuposto, não reúne as condições mínimas para pertencer ao CP.

Como uma INSINT, um CP deve possuir flexibilidade para, se for um imperativo da luta de classes, fundir-se a outras INSINT, alterar sua forma por tempo determinado ou mesmo se auto extinguir. Diferentemente das INSCON que

possuem interesses materiais a defender, a organização do proletariado no capitalismo deve ter toda a sua estrutura voltada para atender o processo de lutas. Isto significa que a eventual existência de recursos financeiros jamais pode se acumular, tornando-se um fim em si mesma, devendo ser integralmente reinvestida em prol de meios compatíveis com as necessidades finalísticas da classe: livros, cursos, veículos de comunicação alternativos – jornais e rádios -, organização de encontros presenciais, são alguns exemplos. Como critério geral, a aplicação de recursos deve priorizar deslocamentos de pessoas a equipamentos e aparelhagens. Em caso de autodissolução, esse patrimônio deve estar previamente destinado a instituições afins.

Em suma, uma INSINT deve estar mais apta para desenvolver ações radicais que as INSCON, não reproduzir a constituição de camadas dirigentes e abrir a possibilidade de organizar os processos de

luta de modo que ultrapassem as formas de organização hetero-organizadas e heterogêneas que o Estado capitalista nos impõe.

5.2 Coletivo de curso: forma para locais de estudo

A forma aqui desenvolvida considera experiências de auto-organização no âmbito das INSCON universitárias. Isto significa que este modelo não expressa experiências de lutas no âmbito das escolas de ensino médio e fundamental, embora possa ser aproveitado com as devidas adaptações.

A hetero-organização de estudantes universitários varia de país para país. No Estado Espanhol, por exemplo, existem sindicatos estudantis. No Brasil, a ditadura civil-militar de 1964-85 instituiu os famigerados Diretórios Acadêmicos (DAs), posteriormente substituídos pelos Centros Acadêmicos (CAs), para a organização ao nível de curso. Para o nível das instituições

de ensino superior existem os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), já ao nível dos Estados as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), enquanto para o conjunto do país a União Nacional de Estudantes (UNE). Não por coincidência, em harmônica simetria com o modelo verticalizado do sindicalismo constituído por sindicatos, federações e confederações.

Longe de tudo isto, o ponto de partida para a auto-organização estudantil é a sala de aula. Sem organização nesse nível, ingressar nas INSCON acima mencionadas servirá apenas como laboratório formador de gestores para o capitalismo.

Evidentemente, o militante organizador deve estar inserido em uma dada sala de aula de um dado curso. Em geral, as salas contam em torno de 30-40 estudantes e o primeiro passo é realizar o mapeamento dos perfis subjetivos, que pode abranger tanto a sala quanto o curso. Aliás, essa flexibilidade de poder começar o trabalho de organiza-

ção tanto por um quanto pelo outro resolve vários problemas, entre eles o de salas com poucos alunos ou situações de alunos sem turma definida. Isso também vale para o levantamento de problemas.

Nesse âmbito estudantil superior os problemas mais comuns se relacionam a questões curriculares, professores incompetentes e/ou autoritários, bibliotecas mal equipadas, infraestruturas insuficientes ou sucateadas e financiamento precário. Como sempre, a subjetividade deve estar aguçada para não perder a criatividade em perceber possibilidades de luta a partir de situações as mais simples. Uma fossa que exalava mau cheiro durante as aulas foi o suficiente para dar início a um trabalho de auto-organização em um curso com cerca de 800 estudantes divididos em 16 turmas (salas), por exemplo.

Importa ressaltar que o coletivo de curso, em situações de extrema radicalização, pode servir para a criação de

comitês de sala, forma mais capilar de uma instituição intermediária autônoma equivalente estudantil do comitê de rua que trataremos adiante.

Afirmou-se na introdução a este tópico que o movimento estudantil é policlassista. Tal condição deve ser levada em conta especialmente nos momentos de levantar pautas de reivindicações, pois as propostas que interessam ao proletariado que estuda são aquelas que são vitais para que ele consiga prosseguir seus estudos com qualidade e por não contar com as alternativas com que contam estudantes das classes capitalistas. Exemplo: se uma biblioteca está bem equipada de livros, todas as classes se beneficiam disso, mas se faltarem, serão os estudantes proletários que sentirão a dificuldade de comprá-los. Em sentido contrário, estudantes das classes capitalistas dão a maior importância em reivindicar policiamento nos estacionamentos para proteção de seus automóveis particulares,

necessidade que o estudante proletário dificilmente sentirá como prioritária.

O leque de possibilidades do que um coletivo de curso pode fazer é bastante amplo e variado, mas entre as principais atividades para uma conjuntura de ausência do proletariado na cena pública da política estão: a) ações de desobediência civil (greves de estudantes, paralisações para participar de assembleias, recusa em assistir aulas ou fazer provas, entre outros); b) passeatas; c) ocupações em INSCON (instituições do executivo, legislativo e judiciário, reitorias, empresas de transporte coletivo, entre outras); c) vigílias em frente a residências de autoridades do Estado e do setor privado, delegacias, entre outras; d) promoção de eventos culturais e informativos (shows, festas, bailes, palestras, exposições, entre outras); e) preparações de autodefesa; f) abaixo-assinados; g) comunicados; h) campanhas de solidariedade; i) ações de divulgação político-culturais (murais, cartazes, faixas, jornais, entre outros).

Na qualidade de uma INSINT, não cabe a um coletivo de curso se dotar de um programa, mas orientar a sua atuação em torno de eixos políticos e econômicos, combatendo na prática e simultaneamente todas as manifestações de elitismo – que impedem o acesso às plenas condições de estudo da totalidade do proletariado – quanto as de precarização do ensino – que procuram perpetuar desigualdades no meio estudantil. Igualmente importante deve ser o combate à subordinação da educação aos interesses gerais do capital (mera reprodução e qualificação de força de trabalho, tecnicismo para elevar a lucratividade empresarial e formação de elites dirigentes). As bandeiras de lutas específicas devem se adequar a essa concepção. O amadurecimento de um coletivo de curso se percebe quando suas pautas de reivindicações estão em sintonia e harmonia com lutas proletárias em outros âmbitos e em relação com as formas gerais de luta contra a exploração.

É importante introjetar o contexto em que uma INSINT pode florescer e organizar as maiorias. Não pode haver passividade nem delegação de poder. As assembleias gerais devem funcionar como órgãos deliberativos regulares e devem ser criadas formas adicionais de organização capazes de mobilizar os estudantes para a ação direta, a exemplo de **plenárias de delegados** eleitos por sala de aula e por assembleias.

Em termos subjetivos, o elemento ativo deve se manifestar sob modos concretos de responsabilidade e dedicação, tais como participar de reuniões, discutir com estudantes em outras salas de aula, estudar programas governamentais para a educação, acompanhar a conjuntura política e econômica. Cordialidade, respeito e companheirismo não devem ser confundidos com “amiguismo” (colocar relações pessoais acima das questões coletivas), da mesma maneira que os espaços e horários de discussões pessoais e brincadeiras não

se confundem com espaços e horários de organização e luta política. Estudantes que integram um coletivo de curso devem ser sempre os primeiros a entrarem nas lutas e os últimos a saírem. Devem estar preparados para orientar, a partir de construção de cenários, os melhores caminhos a seguir para consolidar a auto-organização como forma de poder estudantil em contraposição aos capitalistas e ao Estado: poder de cada sala de aula, poder de cada curso, de cada instituição de ensino, até a união entre todos os estudantes proletários como parte da totalidade da classe.

O coletivo de curso expressa todos os alunos do curso. Deve funcionar a base de comissões temporárias com funções claramente definidas a partir de necessidades detectadas no cotidiano de seu funcionamento. A partir do momento em que for instituído, em tese, todos os estudantes do curso estão aptos a fazer parte dele. Suas decisões não podem estar em contradição com as delibe-

rações de instituições mais abrangentes, tais como assembleias gerais e o Conselho de Delegados de Turma (CDT).

Da mesma forma que no comitê proletário, deve se iniciar propondo ações simples e básicas para serem realizadas partindo de uma ou duas das necessidades mais sentidas. Caso existam no curso professores e demais trabalhadores da educação comprometidos com os mesmos princípios expostos ao longo deste texto, poderão participar do coletivo. O coletivo de curso não precisa de espaço físico para funcionar.

Deve existir uma vinculação necessária entre as diferentes instituições para que os coletivos de curso possam exercer sua finalidade de serem INSINT autônomas e expressão da auto-organização estudantil. Estes vínculos devem ser integrados a ponto de formar um sistema articulado de baixo para cima composto por até quatro formas organizativas com abrangência e funcionamento diferenciados porém har-

mônicos: coletivos por sala/turma ou curso, CDT e assembleias gerais (AG).

As AG são instituições permanentes de funcionamento temporário, suas decisões vinculam e subordinam as decisões das demais, pois sua composição abarca a totalidade dos estudantes, os quais possuem voz e voto. Como instituições de caráter executivo e não parlamentar, devem ser levadas para as AG apenas propostas amadurecidas em outros níveis ou questões práticas de encaminhamento de lutas.

Logo abaixo das AG vem o CDT que é composto por estudantes eleitos para expressar as posições das turmas que os elegeram. Também é uma instituição permanente de funcionamento temporário. Contudo, diferentemente das AG - obrigadas a ter funcionamento sucinto e objetivo -, cabe ao CDT debater temas com mais profundidade ou mais complexos a partir de questões levantadas tanto pelos coletivos de cursos ou sala/turma quanto pelas AG.

Em resumo, o processo de organizar o conjunto do estudantado se inicia por um coletivo de curso ou por um coletivo de sala/turma. Em um contexto de ascenso da luta social, os coletivos de sala/turma podem surgir da radicalização das lutas. Quando algumas salas estão organizadas em coletivos, se cria o CDT e as AG como instituição máxima de deliberação e participação. Temos assim um sistema de INSINT para os locais de estudo que deve funcionar permanentemente até que a participação do proletariado na cena pública da política chegue a níveis tais que seja possível criar as INSTRANS, momento no qual esse sistema de INSINT nelas se dilui.

5.3 Comitê de bairro: forma para locais de moradia

Na parte que tratou do comitê proletário, apresentou-se a definição de comitê. Embora o lugar decisivo onde ocorre a

exploração seja o local de produção – por isso sem estar organizado neles não haverá transformação social – é nos locais de moradia que a classe proletária passa a maior parte do tempo quando não está produzindo e, em tese, é o lugar onde deveria encontrar condições para repor suas forças exauridas pelo processo produtivo (descanso, repouso, ócio, lazer, divertimentos, prazeres).

Isto significa que instituir organizações autônomas (INSINT) nos locais de produção tem prioridade se se pretende assegurar as condições necessárias ao exercício da dominação política e econômica do proletariado, como para assegurar o processo de eliminação das classes.

Contudo, para além deste argumento científico e objetivo, se o capitalismo é uma totalidade, a nova sociedade surgida da revolução também deve ser. Portanto, as novas formas institucionais autônomas devem alcançar todos os espaços do mesmo modo que as instituições

da conservação abarcam todos os espaços no capitalismo. Aí se situa a importância da auto-organização nos bairros. Além disso, os explorados necessitam estar organizados onde quer que se encontrem para que possam, em qualquer ambiente, defender os seus interesses sejam eles quais forem.

Assim, são três os principais objetivos que o militante organizador deve buscar atingir organizando a classe nos bairros: a) fazer a ponte para organizar nos locais de produção/trabalho; b) resistir às contradições que atingem a classe neste âmbito (carestia dos bens de primeira necessidade, falta de infraestruturas de saúde, urbanização, saneamento e educação, ausência de opções de lazer e de desenvolvimento cultural, por exemplo); e c) promover a educação política e teórica da população do (s) bairro (s), disseminando as práticas e os valores da nova sociedade – comunista – de forma mais massiva.

Desde o início, o trabalho de organização nos bairros deve combater o reformismo político em todas as suas manifestações (tendência a deixar nas mãos das instituições do Estado a solução de seus problemas, depositar as possibilidades de mudança e melhoria das condições de vida nas iniciativas de “representantes” ou “líderes”, permitir que a elaboração das reivindicações fique confinada às soluções apresentadas pelas autoridades, para citar algumas) e deve combater igualmente qualquer processo de decisão que seja tomado de cima para baixo, ou seja, todas as decisões devem partir do conjunto das pessoas que participa diretamente das discussões no bairro.

A primeira forma de auto-organização nos bairros deve ser as comissões de moradores para a solução de questões específicas. Além de ser, ao mesmo tempo, forma e método de trabalho permanentes, as comissões de moradores fornecem os

elementos materiais (práticos) e subjetivos embrionários para a formação de Comitês de Bairro (CB). Se a associação de moradores (AM) é a principal forma institucional heterogerida (INSCON), os CBs devem funcionar de modo autogerido, com funções exercidas em rodízio e sendo todas elas elegíveis e substituíveis a qualquer tempo por quem elegeu.

O CB deve encarnar a força e o poder de classe no bairro. Para tanto é importante demarcar algumas diferenças com a AM. A AM é legalizada e tem autorização do Estado para falar em nome dos moradores, geralmente possui sede própria, em alguns momentos pode até estar a serviço dos moradores (quando encaminha suas reivindicações e lutas), mas em regra atua contra estes e serve apenas de trampolim para projetos pessoais e muro para as lutas e reivindicações dos moradores. Por sua natureza legal, está sujeita ao controle e à interdição estatal.

Por seu turno, o CB é discreto – portanto, nem legal, nem clandestino –, pode funcionar na casa de algum morador ou em rodízio de casas, com ou sem sede própria, pode estar dotado ou não de equipamentos, deve ter funcionamento informal e ágil - em nome desta agilidade e em situações de crescimento da participação dos moradores pode-se prever seu desdobramento em Comitês de Rua – e não deve ter pretensões a ter personalidade jurídica, isto é, a se legalizar.

Importa ressaltar que, da mesma forma que os comitês proletários em relação aos sindicatos e os coletivos de curso em relação aos centros acadêmicos, onde um CB funciona plenamente, uma AM se torna desnecessária.

Por fim, o passo decisivo para instituir um CB é realizar um planejamento prévio a partir de sete pontos: 1) proceder a um levantamento da situação econômica do bairro; 2) proceder a um levantamento

da situação social do bairro; 3) proceder a um levantamento da situação política do bairro; 4) identificar as formas existentes de organização dos moradores do bairro; 5) estabelecer quais as reivindicações imediatas dos moradores do bairro; 6) iniciativas para a educação política e teórica dos moradores do bairro, e 7) elaborar as linhas iniciais e diretrizes gerais de enfrentamento concreto dos problemas.

Os três primeiros pontos podem ser obtidos/buscados em instituições já existentes, os três últimos não, pois exigem que sejam elaborados/realizados a partir do trabalho concreto. Isto significa que para satisfazer aos três primeiros pontos não há necessidade de orientação política imediata que é, pelo contrário, tudo o que não pode faltar para os três últimos. Dito de outro modo, apenas com inserção presencial no bairro em questão será possível cumprir os pontos 4, 5 e 6 do planejamento proposto.

No levantamento econômico será necessário obter se existem fábricas no bairro, quais, quantas, qual o seu tamanho e a que ramo(s) da indústria pertence(m). Se existirem comerciantes no bairro saber quantos são e qual o seu tamanho.

No levantamento social será necessário saber quais as classes existentes no bairro e seu número aproximado, onde se concentram as moradias de cada classe no bairro, quem mora sozinho e quem mora com a família no bairro, a renda mensal dos moradores, o número dos que trabalham fora e o local aproximado de onde trabalham, escolaridade, idade média e a origem dos moradores, quem e quantos têm casa própria e quem e quantos moram de aluguel, quais os tipos de lazer existentes no bairro e se são utilizados pelos moradores (indicar o percentual aproximado), saber quais as igrejas e religiões existentes no bairro e o número aproximado de adeptos.

No levantamento político será necessário obter se existem partidos políticos organizados e funcionando no bairro, quantos e quais são, como são recebidos pelos moradores e como sua atuação é vista, bem como quantos e quais são seus filiados. Neste levantamento é fundamental saber como atuam no bairro os órgãos do Estado não diretamente repressivos (prefeitura, escolas, hospitais, etc.), se os moradores já encaminharam alguma luta. Caso afirmativo, saber que luta foi, como ela foi encaminhada e qual foi o comportamento de moradores, autoridades e organizações existentes.

Para cumprir o quarto ponto do planejamento e começar a organizar os moradores será necessário identificar os centros de concentração de pessoas existentes (religiosa, cultural, esportiva, educacional, etc.), aproximadamente quantas pessoas estão em torno deles, quantas instituições legalizadas existem (centros comunitários,

pastorais, clube de mães, igrejas, times de futebol, etc.) e qual o grau de interferência de cada uma delas na vida do bairro. É importante não confundir centros de concentração com instituições legalizadas, pois um mesmo centro de concentração pode conter várias instituições legalizadas e vice-versa.

Ainda no quarto ponto, o planejamento deverá responder qual deve ser a orientação correta frente a cada uma das instituições legalizadas e como atingi-las, o mesmo quanto aos centros de concentração. Por fim, neste ponto se deve saber como se dá a atuação da polícia no bairro, como o seu trabalho é visto pelos moradores e estabelecer uma orientação frente a ela.

Para o quinto ponto, levantamento de reivindicações imediatas, é preciso enumerar os problemas gerais - aqueles que atingem a todo o bairro - e colocá-los numa ordem de prioridade dos que atingem um maior número de pessoas para os que atingem um menor número de pessoas.

Na sequência deve formular qual a orientação para encaminhar estas lutas de modo a propiciar a criação do CB. Proceder da mesma forma em relação aos problemas específicos – aqueles que atingem algumas casas ou ruas – de modo a propiciar a criação de comitês de rua (CR).

Quanto ao sexto ponto do planejamento, assentar as diretrizes para o trabalho de educação política e teórica dos moradores, deve-se evitar incorrer no desvio de tipo “educacionista” que separa das lutas o processo de autoformação. Logo, deverá ser feito nos momentos de intervalo das lutas e deve visar que os moradores compreendam: a) a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas; b) a posição que ocupa cada classe, seus papéis e interesses nos distintos níveis (político, econômico e teórico-cultural); c) a exploração capitalista e o papel do Estado como instrumento de dominação a seu serviço.

Em relação ao último ponto do planejamento, elaborar as linhas iniciais e diretrizes gerais de enfrentamento concreto dos problemas, o seu conteúdo pode variar de acordo com a realidade encontrada e partir das possibilidades e especificidades de cada bairro. Minimamente, o militante organizador necessitará estabelecer a linha mais adequada a ser adotada frente: a) à (s) igreja (s) em geral e a cada seita em particular; b) aos partidos em geral e para cada um deles; c) ao custo de vida/carestia; d) à atuação da polícia e demais órgãos do Estado, e) a meios de conectar os locais de moradia com os locais de trabalho e de estudo.

Em resumo, mapeados os perfis subjetivos, reunidos os “ponta firme”, realizado o planejamento e cumpridas as preliminares do ponto 4, o processo de instituição do CB deixa de ser projeto para se tornar realidade. E suas atividades são similares às descritas para os coletivos de curso com as devidas adaptações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos aqui desenvolvidos com algum detalhe demonstram que existem muitas e melhores alternativas de organização a sindicatos, partidos estatizados e as principais instituições que as classes capitalistas querem forçar o proletariado a se hetero-organizar. Contudo, dedicar-se à tarefa de construir instituições intermediárias exige introjetar que se trata de um segundo trabalho.

Por primeiro trabalho entenda-se a relação do indivíduo com a natureza para produzir e reproduzir a vida, garantindo assim a sua própria sobrevivência e a da sociedade. No capitalismo é obrigatório, alienado⁷⁷ e ocupa a centralidade da existência humana. A maioria das pes-

7. Por trabalho alienado entenda-se o trabalho assalariado, forma histórica de trabalho no capitalismo, que é caracterizado por três aspectos: 1) fragmentação (não se domina o conjunto do processo de produção); 2) exterioridade (quem produz não decide sobre o que vai ser produzido) e 3) expropriação (quem produz não possui aquilo que produziu).

soas vende horas de trabalho para uma minoria de compradores capitalistas (burgueses e gestores). Inclui-se aqui o tempo consumido com a preparação para trabalhar (estudos formais, treinamentos profissionais, cursos específicos).

Por segundo trabalho entenda-se a relação do indivíduo com outras pessoas para garantir que a atual sociedade não se perpetue indefinidamente. É voluntário, consciente, militante e não alienado. Deve sempre estar presente na vida de toda pessoa explorada. O tempo destinado a esse trabalho deve englobar tanto a parte teórica (formação) quanto a parte prática (ação).

Se o primeiro trabalho é vital para nossa sobrevivência estrita enquanto seres humanos, o segundo trabalho é vital para nossa sobrevivência ampla enquanto seres humanos (material e política).

A força de uma INSINT precisa estar baseada em elevado grau de comprometimento, responsabilidade e auto-

disciplina de quem a integra. Este tripé possibilita alcançar questões como: a) consciência dos motivos da luta (porque, contra o quê e em favor de que se luta); b) participação ativa em todas as discussões que ocorrem no âmbito da organização; c) autoformação, independentemente das tarefas de formação política realizadas; d) capacidade de formar opiniões deliberativas e não meramente consultivas; e) dotar a organização da capacidade de analisar todos os pontos de vista com cuidado e f) divisão de tarefas de modo a evitar concentração de tarefas sobre membros mais ativos ou experientes.

Elementos, hoje e sempre, fundamentais para a realização das atividades de qualquer organização que se pretenda séria e que tenha objetivos de transformação radical da sociedade.

O trabalho é duro, mas a força daqueles que constroem o mundo (e dele nada usufruem) somente poderá ser usada em po-

tência máxima se soubermos, como a boa e velha toupeira, cavar os túneis por baixo dos pés daqueles que nos exploram para que lhes falte o chão e sejam soterrados para sempre no grande terremoto da história que apenas as revoluções podem provocar.